

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

18/09/2026

Sumário

1. IDTECH chega a 2026 sob fiscalização do TCE-GO e investigação do Ministério Público
2. Governo Daniel prorroga contrato do HGG por mais 3 anos enquanto gestão é alvo de investigação do MP
3. Concurso TCE-GO tem edital retificado com salário de R$ 11,8 mil
4. Os Gomes na História: dois prefeitos com esse sobrenome

GOYAZ - ON LINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/09/2026 11:22

IDTECH chega a 2026 sob fiscalização do TCE-GO e investigação do Ministério Público

Visualizar notícia

Fonte original

O Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH) chega a 2026 sob uma combinação de contratos públicos de longa duração, mecanismos de fiscalização e apurações conduzidas por órgãos de controle. O cenário ganhou novo elemento com a decisão do governo de Goiás de autorizar a extensão, por mais 36 meses, do Contrato de Gestão nº 24/2012/SES/GO, mantendo o instituto na administração do HGG até março de 2029. A autorização foi condicionada ao cumprimento de exigências jurídicas e orçamentárias.

Mas a trajetória do IDTECH na administração de serviços públicos também está relacionada a processos de controle que precisam ser considerados antes de qualquer avaliação sobre a continuidade do modelo. No TCE-GO, tramita a Tomada de Contas Especial nº 202100010023717, instaurada originalmente pela Secretaria de Estado da Saúde por meio da Portaria nº 04/2021. O objetivo formal é apurar fatos, responsabilidades, possíveis danos ao erário e eventual ressarcimento relacionados a supostas irregularidades atribuídas ao instituto na execução de contrato de gestão.

O processo chegou ao TCE-GO em junho de 2024 e teve relatório e voto em julho de 2025, com julgamento pelo Pleno em 10 de julho de 2025 e publicação do acórdão cinco dias depois. A consulta pública do Tribunal identifica como interessados a Secretaria de Estado da Saúde, o próprio IDTECH e Rasivel dos Reis Santos Junior. A existência da Tomada de Contas, portanto, não é uma interpretação jornalística, mas um registro formal de controle sobre a atuação do instituto.

Paralelamente, o Ministério Público de Goiás instaurou, em 22 de maio de 2026, o Procedimento Preparatório nº 202600004199, pela 90ª Promotoria de Justiça de Goiânia, na área de Patrimônio Público. O procedimento envolve o IDTECH e o HGG e foi aberto a partir de notícia de supostas irregularidades administrativas. Entre as alegações registradas pelo MP estão questionamentos sobre a estrutura de comando, possíveis acumulações de funções, remuneração, ausência de dirigentes e outras questões relacionadas à gestão. São alegações constantes de uma investigação e, portanto, não podem ser apresentadas como irregularidades comprovadas.

O documento do MPGO também registra uma denúncia sobre um suposto esquema de vantagens indevidas envolvendo dirigentes e empresas fornecedoras de materiais hospitalares. O termo “propina” aparece no próprio relato levado à Promotoria, mas trata-se de uma alegação apresentada ao Ministério Público, não de uma conclusão do órgão. Essa distinção é essencial: a existência do procedimento demonstra que a denúncia foi formalmente recebida e passou a ser objeto de apuração, mas não estabelece, por si só, a ocorrência dos fatos denunciados.

O conjunto de procedimentos coloca em evidência uma questão que ultrapassa um contrato específico: como o Estado fiscaliza organizações privadas sem fins lucrativos que administram serviços e recursos públicos. A própria administração estadual vem reforçando, em outras frentes, a necessidade de aprimorar mecanismos de governança, fiscalização e controle dos contratos públicos. Em junho de 2026, por exemplo, CGE-GO e MPGO promoveram seminário dedicado justamente ao fortalecimento da integridade, governança e fiscalização das contratações públicas.

No caso do IDTECH, a decisão de manter a relação contratual por mais três anos torna esse debate ainda mais relevante. No despacho que autorizou a extensão do contrato, o governo determinou que a Secretaria de Saúde demonstre o cumprimento das exigências legais e faça uma análise comparativa entre a prorrogação e a alternativa de realização de uma nova chamada pública. Também exigiu indicação orçamentária para 2026 e projeções para 2027 e 2028, além da comunicação ao TCE-GO após a publicação.

O ponto central, portanto, não é simplesmente questionar a existência do IDTECH ou sua atuação na saúde pública, mas cobrar transparência sobre contratos, recursos administrados, resultados,

fiscalização e respostas às apurações dos órgãos de controle. Com uma nova vigência contratual autorizada até 2029 e procedimentos de controle que envolvem o instituto, o histórico precisa ser acompanhado com atenção. O que as investigações irão confirmar ou afastar deverá ser definido pelos órgãos competentes; ao jornalismo cabe acompanhar documentos, valores, decisões e eventuais responsabilizações — sem transformar suspeitas em condenações.

GOYAZ - ON LINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/09/2026 11:07

Governo Daniel prorroga contrato do HGG por mais 3 anos enquanto gestão é alvo de investigação do MP

Visualizar notícia

Fonte original

O Governo de Goiás autorizou a prorrogação por mais 36 meses do contrato de gestão do Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG), mantendo o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH) à frente da unidade até março de 2029. A decisão consta do Diário Oficial do Estado de 16 de setembro de 2026 e determina que a extensão observe o 19º termo aditivo do contrato firmado originalmente em 2012.

A renovação ocorre em um momento em que a gestão do hospital está sob questionamentos de órgãos de controle e investigação. Em maio deste ano, a 90ª Promotoria de Justiça de Goiânia, especializada em Patrimônio Público, instaurou o Procedimento Preparatório nº 202600004199 para apurar notícia de supostas irregularidades administrativas no HGG, gerido pelo IDTECH.

O procedimento do Ministério Público de Goiás reúne alegações sobre a estrutura de comando da unidade, incluindo o suposto acúmulo de funções de direção, questões relacionadas à remuneração, presença dos dirigentes e modelo de governança. O documento também registra alegações de possível conflito de interesses e questionamentos sobre a criação de cargos na estrutura administrativa do hospital. São alegações que estão sendo objeto de apuração e não conclusões do Ministério Público.

Entre os pontos mais graves registrados no procedimento está uma denúncia sobre um suposto esquema de vantagens indevidas envolvendo dirigentes do HGG/IDTECH e fornecedores de materiais hospitalares. O MPGO registra essas informações como notícia apresentada à Promotoria, cabendo à investigação verificar sua procedência. A existência do procedimento, portanto, não significa que as acusações tenham sido comprovadas.

A gestão do HGG também aparece em uma Tomada de Contas Especial do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. O processo nº 202100010023717 foi instaurado pela Secretaria Estadual de Saúde com a finalidade de apurar fatos, eventual responsabilização, quantificar possíveis danos ao erário e buscar eventual ressarcimento relacionados a supostas irregularidades atribuídas ao IDTECH na execução do contrato de gestão do hospital.

O histórico de questionamentos não se limita às apurações mais recentes. Em anos anteriores, o HGG também apareceu em investigações envolvendo contratos e utilização de recursos públicos. A Operação Fundo Corrosivo, por exemplo, investigou supostas fraudes em fundos rotativos de quatro hospitais estaduais, entre eles o HGG, e a Justiça recebeu denúncia contra 21 pessoas em 2013. O caso, contudo, envolve fatos ocorridos em período anterior à atual gestão contratual e não deve ser confundido com a investigação aberta pelo MPGO em 2026.

Apesar desse cenário de controle e investigação, o Governo de Goiás decidiu manter o contrato por mais três anos. O despacho determina que a SES providencie a indicação orçamentária correspondente a 2026 e projeções para 2027 e 2028, além de cumprir exigências jurídicas apontadas pela Procuradoria-Geral do Estado. O Diário Oficial, porém, não informa no corpo do despacho o valor do novo período, remetendo ao montante estabelecido na cláusula sexta do termo aditivo.

A prorrogação coloca sob novo escrutínio a relação de longo prazo entre o Estado e o IDTECH. O contrato de gestão original é de 2012, e a nova extensão levará a parceria até 2029. Com uma investigação do MPGO aberta em 2026 e uma Tomada de Contas Especial no TCE-GO relacionada à execução do contrato, a renovação amplia a necessidade de transparência sobre valores, metas, resultados, mecanismos de fiscalização e eventuais conclusões dos órgãos de controle.

JORNAL O HOJE - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
18/09/2026 01:04

Concurso TCE-GO tem edital retificado com salário de R$ 11,8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou a primeira retificação do edital nº 01/2026 do concurso para técnico de controle externo. O documento foi divulgado na edição do Diário Oficial do Estado desta quarta-feira (16) e traz alterações em diferentes pontos da seleção, incluindo o conteúdo programático, o quadro de provas, as atribuições dos cargos e regras para atendimento aos candidatos.

O concurso é organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e oferece 16 vagas imediatas para candidatos com nível médio. As oportunidades estão divididas entre as especialidades de Técnico Administrativo e Tecnologia da Informação. A remuneração inicial é de R$ 11.862,19.

As inscrições começam em 5 de outubro e poderão ser feitas até 6 de novembro de 2026, exclusivamente pelo site da FCC. A taxa é de R$ 100. A aplicação das provas está marcada para 17 de janeiro de 2027, em Goiânia, com duração total de quatro horas e 30 minutos.

Retificação detalha distribuição das questões

Uma das principais mudanças está relacionada à primeira etapa da seleção. O edital original já previa 25 questões de Conhecimentos Gerais e 45 de Conhecimentos Específicos, mas não apresentava a divisão detalhada das questões entre as disciplinas. A retificação passa a especificar essa distribuição.

O documento também atualiza o conteúdo programático previsto para os candidatos. Entre as alterações está a disciplina de Legislação Institucional. O TCE-GO passou a indicar nominalmente resoluções que poderão ser cobradas na prova, como a Resolução Administrativa nº 14/2025, relacionada à estrutura organizacional do tribunal.

Também aparecem entre as normas listadas a Resolução Administrativa nº 24/2024, que trata do uso de ferramentas de inteligência artificial, e a Resolução Administrativa nº 5/2024, sobre a Política de Gestão de Pessoas.

Além do conteúdo, a retificação modifica pontos relacionados às atribuições das funções e ao quadro de provas. Por isso, candidatos que já começaram a preparação devem conferir a versão atualizada do edital e dos anexos antes de organizar o cronograma de estudos.

Concurso oferece 16 vagas para duas especialidades

O concurso do TCE-GO oferece 16 vagas imediatas para o cargo de Técnico de Controle Externo, todas destinadas a candidatos com nível médio. Do total, seis oportunidades são para a especialidade de Técnico Administrativo e outras 10 para Tecnologia da Informação. Para ambas as funções, a remuneração inicial é de R$ 11.862,19.

A seleção não prevê formação de cadastro reserva. A taxa de inscrição será de R$ 100, independentemente da especialidade escolhida. Os interessados poderão se inscrever entre 5 de outubro e 6 de novembro de 2026, exclusivamente pelo site da Fundação Carlos Chagas (FCC), responsável pela organização do concurso.

Provas serão aplicadas em janeiro de 2027

A seleção terá etapa única, com aplicação exclusivamente em Goiânia. A prova está prevista para 17 de janeiro de 2027 e terá quatro horas e 30 minutos de duração.

Para Técnico Administrativo, os candidatos responderão a 25 questões de Conhecimentos Gerais e 45 de Conhecimentos Específicos. Haverá ainda uma prova discursiva no formato de redação.

Já para Tecnologia da Informação, também serão 25 questões de Conhecimentos Gerais e 45 de Conhecimentos Específicos. A etapa discursiva será composta por um estudo de caso.

A primeira retificação também atualizou regras relacionadas ao atendimento dos participantes. O documento garante a possibilidade de utilização de nome social e estabelece condições específicas para atendimento especial às candidatas lactantes.

Com as mudanças, a orientação para quem pretende participar do concurso é acompanhar a versão retificada do edital, principalmente os anexos que apresentam o conteúdo programático, as atribuições dos cargos e o quadro de provas.

TCE-GO já teve concurso para analistas em 2024

O novo concurso ocorre enquanto o TCE-GO ainda possui outro processo seletivo recente em período de validade. O último concurso para servidores do tribunal foi realizado em 2024, sob organização da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Naquele certame, foram ofertadas 52 vagas imediatas para o cargo de Analista de Controle Externo, distribuídas em diferentes especialidades. Na época, os vencimentos iniciais eram de cerca de R$ 12 mil.

A validade daquele concurso foi prorrogada por mais um ano e permanece vigente até 15 de outubro de 2026.

Siga o Canal do O Hoje e receba as principais notícias do dia direto no seu WhatsApp! Canal do O Hoje.

OESTE GOIANO - IPORÁ - GO • site • tce-go
17/09/2026 08:43

Os Gomes na História: dois prefeitos com esse sobrenome

Visualizar notícia

Fonte original

Baseado no livro “A formação da sociedade iporaense”, de Valdeci Marques, aqui enfocamos mais uma tradicional família da região de Iporá, no Oeste Goiano. O trecho do livro mostra os Gomes.

Octaviano Gomes da Silva e Maria Rosalina Gomes trouxeram para Iporá uma grande influência em diversos segmentos, inclusive, na área política. É dessa família dois ex-prefeitos de Iporá: Ariston Gomes e o Ézio Gomes, que também foi deputado estadual. Além de prefeitos, a família teve vereadores: Sérgio Gomes e Glaúcia Cunha Gomes. Estando em Palmeiras de Goiás, no dia que decidiu vir para Iporá, a cidade ganhava, com aquela decisão, em empreendedorismo e valor social através de seus membros. Era 1954, quando vieram e se estabeleceram como moradores e proprietários de uma casa no local onde hoje é o Hospital São Paulo. Retrocedendo no tempo sobre a história dos Gomes e fazendo uso de escritos de Celeste Gomes del Salto, jornalista e escritora membro da família, remontamos a tempos longínquos. Celeste Gomes rememora que a origem da família de Octaviano Gomes é de Portugal, que se estabeleceu em Taubaté (SP). Era filho de Joaquim Gomes da Silva Rocha e Ana Francisca da Costa. A família Octaviano mudou para Pirenópolis, Goiás, onde ele iria nascer e, anos depois, encontrar o amor de sua vida: Maria Rosalina Gomes, filha de Joaquim Gomes da Silva e Maria Rosalina Pina. Já em Pirenópolis essas famílias se destacavam. Um irmão de Octaviano, o senhor Joaquim Gomes Filho, conhecido também pelo apelido Quinzinho, foi presidente do Tribunal de Contas de Goiás durante muitos anos. Octaviano, esse que seria homem influente em Iporá e que tinha nascido em 1895, não teve a oportunidade de estudar até terminar o ginásio, porém era esperto em contabilidade e matemática, o bastante para se destacar no mundo dos negócios. Celeste Gomes del Salto, a escritora da família, conta que Octaviano era homem sensível aos mistérios do amor. Octaviano aprendeu a tocar a flauta transversal para conquistar a bela morena de olhos profundos, melancólicos e negros, de cabelos longos e escuros, a jovem Maria Rosalina Gomes. Essa jovem de um metro e setenta e dois centímetros, mais alta que a estatura média das mulheres brasileiras, e um centímetro a mais que Octaviano, era considerada a moça mais bonita da cidade, o que a levou a ser uma das pastorinhas durante anos. Também foi musa inspiradora de algumas canções escritas para a Orquestra Sinfônica da cidade em que nasceu. Outro dos seus encantos naturais era sua esplêndida voz, que deleitava o ouvido dos cidadãos da localidade quando cantava no coral local. Certo dia Octaviano a viu e se caiu rendido, então decidiu que devia conquistá-la. Uma manhã de um sábado ensolarado ele conseguiu tocar pela primeira vez na orquestra sinfônica, depois de ter se apresentado ao diretor com sua flauta debaixo do braço, e ensaiado durante meses foi admitido como flautista titular. Assim que já tinha algo em comum com Maria, os dois gostavam de música, não demorou em conseguir seus objetivos. Com o seu ar de conquistador e olhar amendoado venceu a disputa com vários jovens, conquistando-a. Não tardaram em casar-se. Com a vida afetiva resolvida, Octaviano foi em busca de conquistas materiais. Ele e ela mudaram-se para Palmeiras de Goiás, onde foi dono de um armazém que vendia de tudo, desde doces artesanais a tecidos para fabricação de roupas. Foi prosperando, levou sua loja até Paraúna onde quase todos os seus filhos nasceram. Foi uma vida empresarial que lhe trouxe satisfação e possibilidade de continuar custeando a educação dos filhos, que tinham que sair para estudar em outras cidades, como São Paulo. Mais tarde adquiriu a Fbazenda Três Barras, com uma casa no meio do vale e umas terras de ótima qualidade. Ali, ele, Maria Rosalina e os filhos moraram durante alguns anos antes de mudarem para Iporá. Em uma nova terra, onde ia se destacar, comprou uns caminhões para fazer transporte de mercadorias à capital e outras cidades. Depois de um tempo com esse trabalho, o qual lhe ofereceu estabilidade, um dos caminhões sofreu um acidente matando o motorista, um jovem muito apreciado por Octaviano. Então, ele não suportou o golpe e já não quis continuar com o negócio: as estradas até Goiânia eram muito ruins e perigosas. Vendeu os caminhões e comprou o posto de gasolina, que é o atual Posto Bomtempo, no centro de Iporá. Mais tarde adquiriu uma máquina de arroz, uma linha de ônibus que fazia o percurso de Iporá a Piranhas, que anos depois repassou ao seu filho Uldário, Dau. Por último, quando já tinha uma idade avançada abriu uma sorveteria, mas por divertimento, e repartia sorvetes para a garotada Iporaense. Relembra Celeste Gomes del Salto, a escritora da família, que apesar de Octaviano e Maria Rosalina trabalharem muito para criar sua enorme família, eles deixavam espaço no tempo para descontrair. Esperavam juntos a janta ser

servida escutando as notícias sentados ao lado da enorme vitrola de madeira que adornava a sala. Depois do jantar ele e Maria Rosalina gostavam de escutar músicas, um do lado do outro, e seguiam o compasso com os pés. Num ambiente descontraído compartilhavam como haviam passado o dia. Ou reunia toda família em volta de uma fogueira na casa da avenida Dr. Neto. Estas reuniões eram regadas com quentão, pipoca e batata doce assada, enquanto as criançadas brincavam de trinta e um de abril. Os grandes aproveitavam para contar piadas e rir. Outra coisa que o casal gostava de fazer era jogar canastra com o seu filho Ariston e algum amigo. Depois de várias partidas ele e Maria retornavam a casa iluminando com uma lanterna as escuras ruas de Iporá, cidade que amou desde que conheceu e onde passou os melhores momentos da sua vida. Tiveram nove filhos, nessa ordem: Ariston, Eudes, Leda e Hielo, de sobrenomes Gomes da Silva, Octaviano Filho, Uldário Gomes da Silva, Maria Rosalina Gomes da Silva, Joaquim Gomes e a escritora Celeste Gomes Del Salto. Ariston Gomes se casou com Olinta de Sousa e Silva e tiveram, portanto, os filhos Ézio Gomes da Silva (ex-prefeito e ex-deputado), Elma, Élio, Elba, Ariston Filho e Sérgio (ex-vereador). Eudes (comerciante) se casou com Ondina Rezende da Silva e tiveram 5 filhas: Selmi, Marilena, Cleunice, Terezinha e Lívia. Leda (artesã) se casou com Osvaldo Pereira Rezende e de cuja união nasceram oito filhos: José, Cleusa, Cleuni, Leda, Osvaldo, Maria de Fátima, Octaviano e Júlio César, todos de sobrenome Pereira Rezende. Hielo (advogado) se casou com Nilda Paes Lemes Gomes e tiveram três filhos: Márcia Preciliana, Lícia e Hielo do Bomfim. Octaviano Filho (comerciante) se casou com Maria de Lourdes Lemes Gomes. Tiveram quatro filhos: Walter, Maria José, Sônia e Joaquim Gomes. Uldário (empresário), outro filho de Octaviano e Maria Rosalina, se casou com Dilva Côrtes Gomes e tiveram quatro filhos: Telma, Uldário, Rubens e Mônica. Maria Rosalina, filha com o mesmo nome da mãe e que se tornou educadora, se casou com Divino José de Araújo, o Divino Berto (comerciante), e desse enlace nasceram oito descendentes: Delfina Agostinha, Elza Gomes de Araújo e Castro, Edson José de Araújo, Joaquim Gomes de Araújo, Ariston José de Araújo e Octaviano Gomes de Araújo, Elda e Paulo José Araújo. O penúltimo filho Joaquim Gomes, o Pai João (contador), se casou com Regina Lemes Gomes e tiveram os filhos Ênio, Marco Antônio (Marquito), Celina Mara, Selma Regina, Caio, Ângela Maria e Leandro Regis, quase todos tendo Gomes no sobrenome. A filha caçula é Celeste Gomes del Salto, a jornalista e escritora. Ela mora na Europa. Casou-se com o espanhol Juan José del Salto Algobia e tem três filhos: Juan Francisco, Vanessa e Luana. A família tem médicos, odontólogos, advogados e profissionais nas mais diversas áreas, valorizando a sociedade local e os locais para onde alguns migraram. Iporá não seria a mesma se não existissem os Gomes. (Fotos págs. 22, 32, 56)